



25 DE MAIO DE 2016

Quarta-feira

- GRUPO PSA ANUNCIA ESTRATÉGIA GLOBAL PARA MOTORES
- MERCEDES ABRIRÁ NOVO PDV EM SÃO BERNARDO
- GRUPO VW ELEVA PARA 55 OS PARCEIROS PREFERENCIAIS
- FCA INVESTIGADA POR CAUSA DE EMISSÕES NA EUROPA
- MEDIDAS DO GOVERNO TEMER SÃO POSITIVAS E IMPORTANTES PARA O PAÍS, DIZ FEBRABAN
- GOVERNO EVITA MEDIDAS MAIS DURAS E CRIA PROBLEMA PARA O BNDES
- “REALISMO FISCAL” DO GOVERNO TEMER DEPENDE DA ECONOMIA E DO CONGRESSO
- FORÇA DIZ QUE MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO REAFIRMAM DIÁLOGO COM SINDICATOS
- SERASA: CAI PONTUALIDADE DE PAGAMENTOS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- NÃO HAVERÁ AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA NUM PRIMEIRO MOMENTO, DIZ MEIRELLES
- GOVERNO DIZ QUE BNDES TEM DINHEIRO 'OCIOSO', MAS VÊ RISCO JURÍDICO EM OPERAÇÃO
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE 3,5 PONTOS EM MAIO, MOSTRA FGV
- MAIOR PARTE DOS EMPRÉSTIMOS É FEITO PARA QUITAR DÍVIDAS, MOSTRA SPC
- CONGRESSO APROVA META FISCAL QUE PREVÊ ROMBO DE R\$ 170,5 BILHÕES NO ORÇAMENTO
- COMO AS MEDIDAS ECONÔMICAS DE TEMER VÃO IMPACTAR A ECONOMIA?
- RENOVA SE REESTRUTURA PARA GANHAR FÔLEGO
- APERAM APOSTA NAS EXPORTAÇÕES
- NÍVEL DE SOBRECONTRATAÇÃO DA CEMIG ESTÁ EM 105,4% PARA 2016s
- SAIBA COMO AS MEDIDAS DO GOVERNO PODEM AFETAR DESEMPREGO, DÓLAR E INFLAÇÃO
- TEMER QUER LIBERAR VENDA DE LOTES DE TERRA A ESTRANGEIROS
- COM OCIOSIDADE ELEVADA, INDÚSTRIA CORTA 700 MIL VAGAS EM 1 ANO

- Mais de US\$ 4 bilhões deixaram o Brasil na parcial de maio
- ESPECIALISTAS PEDEM CLAREZA NAS REGRAS DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS
- 'NÃO É REFORMA, É READEQUAÇÃO À REALIDADE', DIZ MINISTRO DO TRABALHO
- VINCULAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SERÁ DISCUTIDA JUNTO COM REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- INDÚSTRIA DEMITE 72 MIL PESSOAS NO GRANDE ABC EM CINCO ANOS
- SEM RESPOSTA DA VOLKS, CEGONHEIROS SEGUEM EM ESTADO DE ATENÇÃO
- COBRE OPERA EM ALTA, APÓS DADO POSITIVO DOS EUA E COM AVANÇO DO PETRÓLEO

CÂMBIO		
EM 25/05/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,603	3,604
Euro	4,019	4,021

Fonte: BACEN

Grupo PSA anuncia estratégia global para motores

25/05/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo PSA redesenhou sua estratégia global para motores com foco em diversificar a oferta tecnológica. A empresa vai ampliar a produção de propulsores a gasolina, além de oferecer uma nova geração de elétricos que equipará a e-CMP, plataforma da companhia voltada a carros de emissão zero que será desenvolvida em parceria com a sócia chinesa Dongfeng Motors.

Outra frente importante para o Grupo PSA é investir em veículos híbridos plug-in que combinem motor a gasolina com elétrico. Por questões estratégicas, a empresa produzirá os principais componentes dos propulsores elétricos na França em plantas de alta tecnologia que garantirão a rentabilidade com o bom volume.

Paralelamente, o plano é trabalhar na próxima geração de motores a combustão interna a gasolina e a diesel. Até 2019 a empresa pretende dobrar a produção do eficiente propulsor PureTech de três cilindros a gasolina na França. A tecnologia é oferecida no Brasil no Peugeot 208 e, em breve, no Citroën C3.

A estratégia da companhia aponta que, em 2018, as plantas francesas de Douvrin e Trémery alcançarão capacidade para fazer 670 mil motores turninados a gasolina. O Grupo PSA pretende fazer da unidade de Trémery a mais diversificada para a área de motores, com capacidade para fabricar versões a gasolina, a diesel e elétricos.

A fábrica da companhia em Trnava, na Eslováquia, que faz modelos compactos como o Peugeot 208 e o Citroën C3, passará a fazer módulos dos propulsores PureTech até 2019. O investimento pretende atender à crescente demanda por carros de entrada a gasolina na região.

Mercedes abrirá novo PDV em São Bernardo

25/05/2016 – Fonte: Automotive Business



A Mercedes-Benz inicia em 1º de junho em sua fábrica de São Bernardo do Campo (SP) um novo Programa de Demissão Voluntária (**PDV**), que ficará aberto até 8 de julho. Segundo a empresa, a medida é uma forma de gerenciar o excesso de mais de 2 mil funcionários na unidade do ABC causado pela retração nas vendas. A unidade produz caminhões e chassis de ônibus, dois segmentos bastante atingidos desde 2015.

A abertura do PDV coincide com o fim da vigência do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), cujas regras ainda garantem estabilidade aos empregados até o fim de julho.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC tenta prorrogar o programa. No fim de abril o presidente da Mercedes do Brasil, Phillip Schiemer, falou da dificuldade de estender o PPE no momento atual.

Dias depois da declaração do executivo os metalúrgicos realizaram um grande protesto e pararam a fábrica por um dia.

O PDV pretende atingir trabalhadores da produção e das áreas administrativas. O valor máximo a ser pago, dependendo do tempo de casa, pode chegar a R\$ 115 mil. A montadora também oferece suporte para atendimento médico até dezembro de 2016.

Grupo VW eleva para 55 os parceiros preferenciais

25/05/2016 – Fonte: Automotive Business

O Grupo VW elevou de 44 para 55 o número de parceiros estratégicos e ampliou para 61 as áreas de competência no programa Volkswagen Automotive Supply Tracks (Fast), que reúne fornecedores preferenciais. O objetivo é encontrar inovações tecnológicas em todo o mundo de maneira mais rápida.

Francisco Javier Garcia Sanz, membro do conselho administrativo da VW responsável pela área de compras, está otimista. “Cada um desses fornecedores alcançou a excelência em sua área de atuação e queremos moldar juntos o futuro do automóvel”, diz.

No primeiro encontro com os integrantes do Fast, a ser realizado em 1º de junho, haverá uma reunião com representantes do grupo técnico e de desenvolvimento para

alinhamento de objetivos comuns. Inovação e globalização serão temas centrais.

Veja abaixo os parceiros estratégicos nas 13 novas áreas de competência:

Parceiro Fast	País	Área de atuação
Faurecia	França	Sistemas de exaustão
Boysen	Alemanha	Sistemas de exaustão
Johnson Matthey	Grã-Bretanha	Revestimento para catalisadores e filtros de partículas
Arcelor Mittal	Luxemburgo	Aço plano
NGK	Japão	Filtros de partículas e substratos
Gestamp	Espanha	Partes externas
BorgWarner	Estados Unidos	Turbocompressores
Hitachi	Japão	Injeção de combustível
iSi Automotive Holding GmbH	Áustria	Airbags
Lear Corporation	Estados Unidos	Assentos
AIS Automotive Interior Systems	Alemanha	Painéis e consoles
Nifco KTS GmbH	Alemanha	Componentes de interior
Siemens	Alemanha	Automação

FCA investigada por causa de emissões na Europa

25/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Os escândalos causados por fraude nos dados de consumo de combustível e de emissões de poluentes não dão sinais de esgotamento. Desta vez é a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) que está na mira das investigações.

A empresa é alvo da KBA, autoridade alemã para a área de transportes. O órgão teria encontrado indícios de que carros da companhia, como o Fiat 500X, desligam o sistema de tratamento de emissões após 22 minutos de operação do motor.

O mecanismo teria como objetivo driblar os testes de emissões do país que têm, em média, 20 minutos de duração. Por enquanto, no entanto, nada foi comprovado.

Ainda que a FCA não tenha sido acusada formalmente, as especulações já provocam prejuízo. Na segunda-feira, 23, as ações da companhia caíram 5% depois de uma publicação alemã apontar que as vendas da montadora poderiam ser suspensas no país como penalidade pela fraude caso as autoridades encontrassem provas.

A interrupção é pouco provável, já que a própria Volkswagen seguiu vendendo seus carros na Alemanha mesmo quando o dieselgate ser revelado, fraude no controle de emissões que envolveu 11 milhões de carros.

O debate sobre a possível trapaça nas regras do país esquentou depois de a FCA não ter enviado ninguém a uma reunião convocada pelo Ministro dos Transportes alemão, Alexander Dobrindt.

Graziano Delrio, que ocupa posição equivalente no governo italiano, saiu em defesa da montadora. Segundo ele, os carros da FCA foram certificados na Itália e, portanto,

qualquer desconfiança e suspeita de irregularidade deveria ser debatida com o país, não diretamente com a fabricante.

A homologação foi feita lá porque a produção dos veículos acontece na região e, pelas regras da União Europeia, a aprovação vale para todas as 28 nações que compõe o bloco.

A investigação da FCA na Europa é mais um dos desdobramento da ofensiva que várias regiões estão fazendo para garantir que as legislações de consumo e de emissões dos veículos sejam efetivamente cumpridas. Estas iniciativas foram provocadas pelo dieselgate, da Volkswagen, e seus desdobramentos já respingaram na Mitsubishi, Suzuki e Nissan.

O mecanismo que a FCA supostamente adotou para driblar o controle de emissões é a mesma que levou a Nissan ser acusada de burlar a legislação da Coreia do Sul. No caso da companhia japonesa, o sistema responsável por reduzir o nível de emissões do Qashqai vendido no país desliga 30 minutos depois de o motor começar a funcionar.

Medidas do governo Temer são positivas e importantes para o país, diz Febraban

25/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



As medidas econômicas anunciadas nesta terça-feira (24) pelo governo interino de Michel Temer (PMDB) foram bem recebidas pela Febraban, que representa os bancos.

Nas palavras da entidade, “são (medidas) muito positivas e importantes para o país” e que “podem ter impacto imediato na redução do endividamento público, como o pré-pagamento pelo BNDES de recursos transferidos pelo Tesouro e o uso do fundo soberano para redução da dívida”.

Para a Febraban, há também medidas que envolvem “mudanças estruturais de grande envergadura”. Entre estas, diz a entidade, estão o limite de crescimento real zero para as despesas públicas e a simultânea flexibilização de regras para despesas obrigatórias.

“Penso que os anúncios feitos hoje contribuirão para acelerar o processo em curso de retomada da confiança no futuro por parte de empresários e consumidores. Esta confiança é essencial para a volta do crescimento econômico e da geração de emprego”, disse Murilo Portugal, presidente da Febraban, em nota.

A entidade acrescentou ainda que a reforma da previdência e o a “adequação do programa de concessões de serviços públicos às realidades do mercado” contribuirão para este processo de retomada.

Goldman Sachs

Ao final da coletiva de Henrique Meirelles (Fazenda), o banco americano Goldman Sachs enviou relatório, assinado pelo economista Alberto Ramos, aos clientes no qual classificou o anúncio das medidas como um “desenvolvimento positivo que poderá

ajudar a melhorar a baixa eficiência das despesas públicas e evitar uma maior deterioração do quadro fiscal”.

O material também salienta que a nova equipe econômica, liderada por Meirelles, gerou um “choque de confiança e credibilidade, mas que por si só não é suficiente para entregar um ajuste fiscal da magnitude necessária”, de cerca de 5% do PIB, segundo as estimativas do banco.

“A eficácia da nova equipe econômica em superar as dificuldades atuais dependerá sobretudo do grau de apoio político e da capacidade da administração Temer para construir pontes e garantir o apoio necessário no Congresso”, reforçou Ramos.

Governo evita medidas mais duras e cria problema para o BNDES

25/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



As medidas econômicas anunciadas nesta terça-feira (24) pelo presidente interino Michel Temer ficaram longe de serem arrojadas o suficiente para indicarem o fim da crise, mas são um sinal de que mudou muito o jeito de se pensar a economia em Brasília.

Especulava-se que o governo jogaria já para o Congresso uma proposta para a Previdência e fizesse mudanças agora para aumentar a arrecadação. Preferiu, no entanto, se ater à ideia já consensual entre economistas que acompanham as contas públicas de que é preciso estabelecer um teto para o gasto, incluindo o que vai para saúde e educação.

Para melhorar a dinâmica da dívida, o governo preferiu retirar R\$ 100 bilhões do BNDES a fazer uma alta nos impostos. Cortar gastos, como se sabe, é muito difícil em um cenário de queda real da arrecadação e de cortes já feitos no que é mais fácil (investimentos e despesas não obrigatórias).

Essa escolha pelas saídas menos polêmicas trouxe a reboque um problema para o BNDES e uma sinalização muito forte de mudança de postura. O banco fez parte do eixo desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma.

Recebeu quase R\$ 550 bilhões do Tesouro para financiar a iniciativa privada, dando um subsídio implícito bilionário – o governo capta o dinheiro pagando a taxa básica de juros e empresta para as empresas cobrando menos. Enxugar essa conta demonstra que o governo espera que outras fontes de crédito entrem em jogo.

Do ponto de vista macroeconômico, a retirada de recursos do BNDES para abater a dívida pública devolve dinheiro ao mercado porque a necessidade de financiamento do setor público será menor. Se a medida for acompanhada pela estabilização do gasto, como promete o governo, pode contribuir para uma queda na taxa de juros básica mais para a frente.

O BNDES tem hoje mais de R\$ 35 bilhões em caixa e precisará buscar formas novas para manter suas linhas de crédito. Como a demanda por crédito está baixa e os juros internacionais estão no chão, não parece haver dificuldade para o banco lidar com os saques propostos pelo governo. Isso, é claro, poderá levar a taxas de juros mais altas

para os tomadores de empréstimos – o que, no fundo, é menos importante hoje do que a retomada da confiança.

A redução do subsídio implícito no crédito do BNDES é acompanhada pelo congelamento de outros subsídios. Esperava-se que o novo governo anunciasse rapidamente alguns cortes nessa linha de gasto, inflada nos anos Dilma. O congelamento leva a uma redução gradual que pode ser acompanhada mais para a frente por cortes efetivos, como sinalizou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

A transição da economia subsidiada para uma mais baseada nos mercados será lenta e com suas dores. Muitas empresas se acostumaram a preservar o caixa e usar as linhas baratas do BNDES para seus investimentos.

Outras dizem que simplesmente não há alternativa. Duas distorções criadas pelo peso dos bancos públicos no mercado de crédito que começam, ao que parece, a ser revistas.

“Realismo fiscal” do governo Temer depende da economia e do Congresso

25/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A equipe econômica do presidente interino Michel Temer promete administrar as contas públicas na base do “realismo fiscal”, com projeções conservadoras de receita e despesa.

Trata-se de um avanço em relação às metas fantasiosas – e revisadas à exaustão – que marcaram o governo Dilma. Mas só a boa intenção não colocará em ordem as contas públicas.

O teto para o gasto público federal, que não poderá subir acima da inflação, foi a medida mais importante anunciada nesta terça-feira (24). Ela estabelece que, em termos reais, as despesas ficarão “congeladas” a partir de 2017. Fará muita diferença. Entre 2011 e 2015, o gasto teve aumento real de 3,2% ao ano, em média, o que gerou um rombo gigantesco quando a economia parou de crescer.

A questão é que a iniciativa depende de emenda à Constituição, a ser aprovada por três quintos do Congresso. O reajuste automático que há anos tem inflado os gastos obrigatórios é definido por indexações ou vinculações constitucionais, e acabar com ele fatalmente mexerá com o orçamento de áreas sensíveis como saúde, educação e previdência. É de se questionar se tal proposta passará pelos parlamentares sem ser alterada.

Além disso, o pacote desta terça afeta pouco os resultados fiscais de curto prazo. E, nesse aspecto, apesar do tal realismo, o Planalto não depende apenas dele próprio para cumprir a meta fiscal que apresentou para 2016. Ele terá de torcer por uma reação da atividade econômica.

O déficit primário recorde de R\$ 170,5 bilhões que o novo governo projeta para este ano está baseado na expectativa de que as receitas vão cair 4% em termos reais. No acumulado de janeiro a abril, no entanto, a arrecadação federal encolheu quase 8%,

já descontada a inflação. Entre a projeção e a realidade do momento há uma diferença de mais de R\$ 40 bilhões.

Previdência, só depois

A reforma da Previdência, considerada pela equipe econômica fundamental para dar sustentabilidade às contas públicas, será apresentada somente após os debates do grupo de trabalho criado para discutir o assunto, que inclui centrais sindicais.

O presidente interino disse que a proposta vai ao Congresso quando houver consenso, ou ao menos concordância de "amplíssima maioria" do grupo.

A comparação com o desempenho de 2015 reforça a dúvida sobre a viabilidade da meta fiscal. No ano passado, quando o Produto Interno Bruto (PIB) regrediu 3,85%, a receita da União caiu 6,4%, já descontados os repasses a estados e municípios. Para este ano, o governo espera uma queda quase idêntica do PIB (-3,8%), mas um recuo mais fraco na entrada de recursos (-4%).

Uma vez que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, diz evitar aumento de impostos, só um resultado mais forte da economia parece capaz de levar a receita aonde o governo espera.

Outras medidas

A proposta que extingue o Fundo Soberano e direciona seu caixa para reduzir o rombo fiscal terá impacto já neste ano. Mas é pouca coisa. Devem entrar nos cofres federais cerca de R\$ 2 bilhões, pouco mais de 1% do déficit primário projetado para 2016.

Outra medida, a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões que o BNDES deve ao Tesouro, dos quais R\$ 40 bilhões já neste ano, serviria para abater a dívida pública e não teria reflexos no resultado primário.

E, segundo disse ao jornal *Valor Econômico* o economista José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), tal antecipação – ainda em estudo pela área jurídica do governo – é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Pode nem ocorrer, portanto.

As medidas

Confira as propostas apresentadas pelo governo:

BNDES para mais cedo

O Tesouro quer receber mais cedo parte do que o BNDES lhe deve. Seriam R\$ 100 bilhões em três parcelas: R\$ 40 bilhões em 2016 e o restante em duas partes iguais em 2017 e 2018. O dinheiro seria usado para reduzir a dívida pública. Mas há quem entenda que a operação pode ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Teto para os gastos

Executivo vai propor emenda à Constituição para que os gastos primários da União (que não incluem o pagamento da dívida pública) não subam mais que a inflação do ano anterior – entre 1997 e 2016, essas despesas tiveram alta real de 5,8% ao ano, em média.

Os subsídios também não poderão crescer sem que haja uma compensação para o gasto adicional. Em março, o governo Dilma propôs um teto diferente para os gastos, vinculado a um percentual do PIB.

Fim do fundo soberano

Michel Temer quer extinguir o Fundo Soberano, criado por Lula em 2008 para acumular recursos em tempos de crescimento forte. O dinheiro dessa poupança já havia sido

usado para engordar o superávit primário em 2012. No momento, há apenas R\$ 2 bilhões em caixa, que ajudariam a reduzir o rombo das contas públicas.

Melhor gestão nas estatais

O Planalto anunciou apoio a um projeto em trâmite no Congresso que busca melhorar a governança em estatais e fundos de pensão. O governo também apoiará proposta que acaba com a participação obrigatória da Petrobras em campos do pré-sal. Nenhum dos projetos tem impacto imediato sobre as finanças do governo federal.

Pensamento positivo

O governo Dilma trabalhava com a projeção de um déficit primário de R\$ 96,7 bilhões. Para a gestão Temer, o rombo pode chegar a R\$ 170,5 bilhões. E mesmo essa previsão, dita "realista" pela equipe econômica, depende de uma melhora significativa na arrecadação.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL

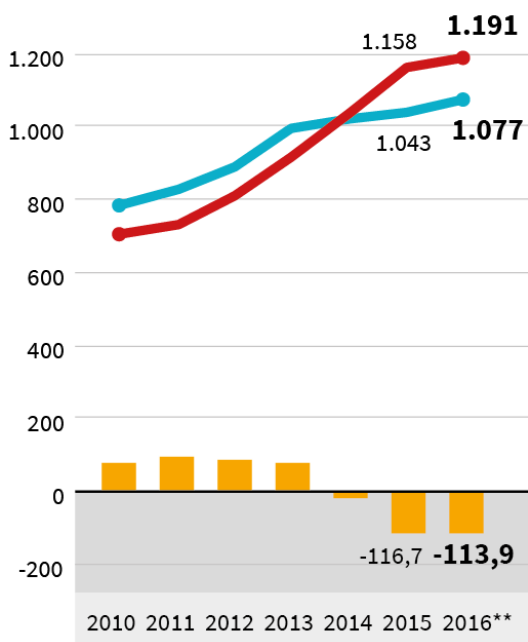
em R\$ bilhões

Receita líquida*

O governo prevê uma queda real de 4% na receita em 2016. Mas, nos quatro primeiros meses do ano, a arrecadação caiu quase 8%, já descontado o efeito da inflação.

Despesa

O governo propõe que, de 2017 em diante, a despesa não suba mais que a inflação do ano anterior. De 2011 a 2015, ela teve alta real (acima da inflação) de mais de 3% ao ano.



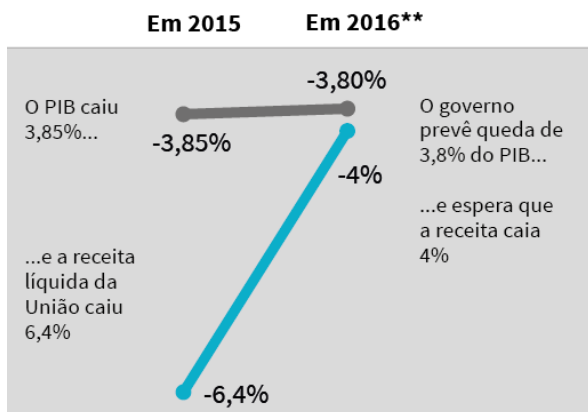
Resultado primário

A essa previsão, o governo acrescentou R\$ 56,6 bilhões em "riscos fiscais, passivos e despesas já contratadas", resultando em uma meta de déficit de R\$ 170,5 bilhões.

*Exclui transferências a estados e municípios. **Previsão do relatório de avaliação do segundo bimestre

OTIMISMO

A projeção do governo para o PIB de 2016 é quase idêntica ao resultado de 2015. Mas ele espera um resultado diferente para a arrecadação, mesmo não contando – por enquanto – com novos impostos.



Fonte: Ministério do Planejamento, Tesouro Nacional. Infografia: Gazeta do Povo.

Força diz que medidas anunciadas pelo governo reafirmam diálogo com sindicatos

25/05/2016 – Fonte: Paraná Online

A Força Sindical destacou, por meio de nota em que comentou as medidas anunciadas na manhã desta terça-feira, 24, pelo presidente em exercício Michel Temer, "o compromisso com o diálogo" do novo governo e a disposição para debater a reforma da Previdência.

Em tom diferente da nota divulgada há cerca de duas semanas, quando considerou estapafúrdias as propostas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre o tema, o presidente da entidade, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, diz que o atual governo está "buscando o melhor para o sistema de Previdência Social e, conseqüentemente, um futuro melhor para todos".

"As mudanças na Previdência têm de levar em consideração que a instituição é um patrimônio do trabalhador e do cidadão brasileiro. Qualquer alteração terá de ter como princípio que os aposentados recebam benefícios com valores suficientes para uma vida digna", afirma a nota.

O governo apresentou nesta terça-feira uma série de medidas para reduzir o déficit fiscal, que incluem um limite de crescimento dos gastos públicos e da concessão de benefícios, além da extinção do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e a proposta de flexibilização da atuação da Petrobras no pré-sal.

Outro projeto que tem prioridade para o governo é introduzir critérios rígidos para a nomeação dos dirigentes dos fundos de pensão e de estatais, o que foi elogiado pela Força Sindical, que considerou a medida como um privilégio à meritocracia, em vez do "compadrio da boquinha".

"Entendemos que as medidas são duras mas necessárias, uma vez que são direcionadas para o crescimento econômico e em prol de um País mais igualitário e justo", diz a Força Sindical, acrescentando esperar que Temer siga "os caminhos acordados com os trabalhadores e as centrais sindicais, de manutenção de direitos e geração de empregos".

Serasa: cai pontualidade de pagamentos de micro e pequenas empresas

25/05/2016 – Fonte: Paraná Online

Em abril, a cada mil pagamentos realizados por micro e pequenas empresas, 954 foram à vista ou com atraso máximo de sete dias (95,4%). O estudo indica queda de 0,3% em comparação com o mês anterior, quando 957 pagamentos eram

considerados pontuais (95,7%). Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 24, pela Serasa Experian.

Quando o comportamento é comparado com abril de 2015, a queda se repete, uma vez que o Indicador de Pontualidade das Micro e Pequenas Empresas mostrou o mesmo número de março de 2016: 95,7% de pagamentos pontuais.

Entre os setores do grupo, o comercial apresentou o maior nível de pontualidade em abril, com 96,1%, seguido do setor de serviços (94,7%) e indústria (94,5%).

Não haverá aumento de carga tributária num primeiro momento, diz Meirelles

25/05/2016 – Fonte: Paraná Online

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a dizer que o governo descarta, "no primeiro momento", o aumento ou criação de novos impostos. "Em algum momento, pode-se, temporariamente, estabelecer ou propor algum imposto se for necessário à frente", afirmou.

Segundo ele, o governo reduzirá os subsídios, tanto no sentido de diminuir as despesas quanto para recuperar as receitas. Ele também conta, para reforçar os cofres públicos, com programas de venda de ativos. "A carga tributária já está em ritmo elevado. Para voltar a crescer, é importante sinalizar que não haverá aumento da carga no primeiro momento", disse.

Vinculação do salário mínimo

O ministro da Fazenda informou que a vinculação do salário mínimo será discutida junto com a reforma da Previdência. Ele destacou que a reforma está sendo objeto de discussão por um grupo de trabalho liderado pela Casa Civil.

Ao explicar as medidas, o ministro procurou fixar um teto para todos os gastos e, a partir daí, serão discutidas as mudanças necessárias para permitir a sua implementação. "Temos que ver os benefícios que são vinculados à evolução do salário mínimo", afirmou.

O ministro disse que a proposta do teto para o gasto é consistente. Ele destacou que haverá uma agenda intensa de trabalho nas próximas semanas e meses. Meirelles disse que o governo está no seu oitavo dia útil e que esse é um tempo bastante acelerado.

Bancos públicos

Meirelles não deu prazos para as indicações de nomes para a presidência dos bancos públicos, entre eles, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ele disse que está fazendo ainda a análise dos bancos e enfatizou que há um escala de prioridades de medidas, que começou com a mudança da meta e, agora, como anúncio das primeiras medidas.

BNDES

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, explicou que o BNDES não precisará vender ativos para fazer a primeira transferência de R\$ 40 bilhões ao Tesouro Nacional, anunciada hoje pela equipe econômica do governo Temer. Outras duas transferências, de R\$ 30 bilhões cada, ficarão programadas para 2017 e 2018, totalizando R\$ 100 bilhões.

Embora o balanço do banco de fomento aponte a existência de R\$ 52,8 bilhões em caixa, Almeida disse que o BNDES possui cerca de R\$ 90 bilhões em títulos. A

devolução de recursos se daria, portanto, via esses papéis, que corresponderiam aos "recursos ociosos" citados mais cedo pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

"O BNDES tem títulos e não precisará se desfazer de ativos para repassar os recursos ao Tesouro. Pode pegar o balanço e olhar a carteira de títulos", afirmou Almeida.

Governo diz que BNDES tem dinheiro 'ocioso', mas vê risco jurídico em operação

25/05/2016 – Fonte: Bem Paraná

O BNDES (banco estatal de desenvolvimento) possui dinheiro suficiente para antecipar o pagamento de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional nos próximos dois anos e ainda tocar seus projetos de financiamento, inclusive de futuras concessões, segundo o ministro Henrique Meirelles (Fazenda).

Há dívidas no governo, no entanto, sobre a viabilidade jurídica da medida. Conforme antecipou a Folha de S.Paulo, o governo quer adiantar a devolução, pelo BNDES, dos empréstimos feitos ao Tesouro.

Serão R\$ 40 bilhões "imediatamente", R\$ 30 bilhões daqui um ano e R\$ 30 bilhões após mais 12 meses. Esse dinheiro está hoje parado, aplicado em títulos públicos. "O BNDES tem caixa suficiente para não só fazer a devolução desse excesso de recursos, mas também para cumprir todo o cronograma de empréstimos e participação no programa de concessões.

Chegou-se à conclusão de que esses recursos estariam ociosos no BNDES por esse período", afirmou Meirelles ao explicar as medidas econômicas anunciadas pelo presidente interino Michel Temer.

O ministro afirmou, no entanto, que o texto da medida que irá viabilizar o retorno do dinheiro só deve estar pronto na próxima semana, pois está dependendo de algumas avaliações jurídicas. O governo não explicou qual a questão jurídica.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, coloca restrições a esse tipo de operação. Mais cedo, Temer disse que ainda é necessário verificar se não há nenhuma irregularidade para fazer esse pagamento antecipado.

O dinheiro do BNDES será usado integralmente para reduzir a dívida pública. O governo também estima uma economia de R\$ 7 bilhões ao ano em pagamento de juros ao usar esse dinheiro para se financiar, ao invés de ter de recorrer ao mercado.

"Foi levado em conta toda a programação de investimentos e de crédito do BNDES para esses próximos dois anos. Isso significa que está muito bem equacionado o programa do BNDES. Esses recursos estavam ociosos, causando um custo adicional ao Tesouro, que tem de se financiar no mercado", afirmou Meirelles.

Confiança do consumidor sobe 3,5 pontos em maio, mostra FGV

25/05/2016 – Fonte: Bem Paraná

ICC (Índice de Confiança do Consumidor) avançou 3,5 pontos em maio, ao passar de 64,4 para 67,9 pontos. De acordo com dados do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgados nesta terça-feira (24), pela primeira vez desde dezembro de 2013, o consumidor não está pessimista em relação à evolução da economia nos meses seguintes.

O índice de maio reverte os resultados negativos de 2,7 pontos de abril e 1,4 de março. As informações são da Agência Brasil.

“Embora a alta do ICC somente compense a queda dos dois meses anteriores, houve expressiva melhora das expectativas em maio e, pela primeira vez desde dezembro de 2013, o consumidor não está pessimista em relação à evolução da economia nos meses seguintes”, explicou a coordenadora da Sondagem do Consumidor, a economista da FGV Viviane Seda Bittencourt.

Na avaliação da economista, os números foram influenciados pelo processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. “[O aumento deve-se] ao desfecho da primeira fase do processo de impeachment, que alterou positivamente o humor de uma parcela dos consumidores, talvez em função da percepção de redução das incertezas.”

O resultado do mês tem como destaque a melhora das perspectivas em relação aos meses seguintes, com o Índice de Expectativas (IE), que avançou 5,3 pontos de abril para maio – maior alta desde outubro de 2011, quanto o índice subiu 6,2 pontos. Com a alta, o IE atingiu 71,1 pontos, o maior desde junho de 2015 (73,1). O Índice da Situação Atual (ISA) teve resultado positivo, apesar de menor: 0,8 ponto, atingindo 65,5 pontos.

Segundo a FGV, entre os quesitos que integram o ICC, a maior contribuição para a alta no mês foi dada pelo indicador que mede o otimismo com relação à economia nos meses seguintes, que subiu 14,4 pontos ao passar de 86 para 100,4 pontos, o melhor resultado desde dezembro de 2013 (100,4).

A parcela de consumidores projetando melhora avançou de 20% para 29,9%; enquanto a dos que preveem piora recuou de 35,2% para 24,4%. MOMENTO PRESENTE Em relação ao momento presente, o Índice de Confiança do consumidor mostra alta de 2,7 pontos em maio no indicador que mede o grau de satisfação dos consumidores em relação à situação financeira da família.

Segundo a FGV, o resultado reflete certa acomodação após o indicador ter recuado nos dois meses anteriores e atingido o mínimo histórico em abril, ao descer a 56,9 pontos.

CLASSE DE RENDA

Foi verificada ainda alta da confiança em todas as classes, com melhora mais expressiva entre os consumidores de maior poder aquisitivo (renda familiar superior a R\$ 9,6 mil mensais).

Para esses consumidores, o Índice de Confiança do Consumidor chegou a aumentar 9,3 pontos, “com perspectivas mais otimistas em relação à economia, às finanças pessoais e até quanto à intenção de compra de bens duráveis”.

Apesar dos dados positivos, no entanto, o resultado geral da pesquisa mostra “que a confiança do consumidor continua baixa em termos históricos e com tendência indefinida para os próximos meses”.

A edição de maio do Índice de Expectativa do Consumidor de 2016 coletou informações em 2.049 domicílios, entre os dias 2 e 19 de maio.

Maior parte dos empréstimos é feito para quitar dívidas, mostra SPC

25/05/2016 – Fonte: R7



Os brasileiros endividados têm recorrido aos empréstimos de bancos e instituições financeiras para quitar as dívidas pendentes.

Segundo pesquisa do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), 41,6% dos brasileiros que buscam dinheiro emprestado tem a intenção de quitar os débitos, como faturas do cartão de crédito, prestações de lojas e até mesmo outros empréstimos adquiridos no passado.

O levantamento mostra também que a segunda maior finalidade dos empréstimos visam pagar contas básicas, como aluguel, condomínio, luz, telefone e escola (15,1%).

O resultado ainda mostra que há brasileiros pegando dinheiro no banco para comprar eletrodoméstico (8,7%), comprar móveis (7,5%) e realizar viagens (5,5%).

A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, afirma que o empréstimo “sempre foi visto como uma alternativa para a aquisição de bens de valores elevados”. No entanto, ela avalia que o estudo mostra que boa parte consumidores já o enxerga o empréstimo como um meio para resolver problemas financeiros.

— Se as dívidas saem do controle, pode ser conveniente trocar uma modalidade de crédito mais cara por outra mais barata. Porém, em todos os casos é necessário buscar orientação especializada para encontrar tarifas e juros compatíveis com a realidade financeira e a capacidade de pagamento.

A pesquisa indica ainda que mais de um terço (35,4%) dos consumidores brasileiros possui ao menos um tipo de empréstimo, seja ele com banco (31,3%), financeira (18,0%) ou na modalidade pessoal de consignado (25,5%), que é descontado diretamente da folha de pagamento.

E a maioria desses consumidores diz acreditar que o empréstimo pode funcionar como solução para a falta de dinheiro.

Por outro lado, dois em cada dez entrevistados (19,3%) pensam o empréstimo como algo negativo. Marcela recomenda que o recurso seja sempre a última opção para consumidores endividados.

— Quando a pessoa precisa de uma nova dívida para resolver uma outra dívida mais antiga, algo está errado e mostra que as finanças do consumidor estão desequilibradas.

Neste momento, é preciso rever hábitos e atitudes para controlar as finanças antes de partir para esse recurso.

Congresso aprova meta fiscal que prevê rombo de R\$ 170,5 bilhões no Orçamento

25/05/2016 – Fonte: R7



O Congresso Nacional aprovou na madrugada desta quarta-feira (25) a nova meta fiscal do governo, que prevê um rombo de R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas até o final deste ano. A sessão mista, realizada com deputados e senadores, contou com bate-boca e diversas tentativas de adiar a votação.

A meta anterior, encaminhada pelo governo da presidente afastada, Dilma Rousseff, esperava por um rombo de R\$ 96,7 bilhões. Para que o novo Orçamento fosse aprovado, era necessária a maioria simples de votos dos parlamentares.

Para garantir a previsão da meta fiscal, o presidente interino, Michel Temer, foi pessoalmente ao Congresso entregar o documento para o presidente da Casa, Renan Calheiros, que defendeu o Orçamento era uma medida de interesse do País.

Durante a sessão, partidos aliados à presidente Dilma Rousseff tentaram obstruir a votação. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-SC) afirmam que o projeto não pode ser votado sem passar pela CMO (Comissão Mista de Orçamento), que não foi realizada por falta de quórum.

Antes da votação também foram analisados 24 vetos presidenciais que trancavam a pauta a ser analisada pelo Congresso. Após analisarem os vetos, os parlamentares apreciaram outros 13 destaques aos vetos, que foram votados nominalmente, um a um.

Meta fiscal

O resultado fiscal, ou resultado primário, é o resultado das operações básicas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central do Brasil. Trata-se da diferença entre tudo o que os governos e estatais arrecadam e tudo o que gastam, menos os juros que incidem sobre a dívida pública.

O governo tem todos os anos uma meta a cumprir para esse resultado. Se o resultado é positivo, trata-se de superávit primário, e se for negativo, corresponde a um déficit.

O resultado fiscal é importante porque mostra o esforço fiscal do setor público e a sua capacidade de pagar a sua dívida no futuro.

Durante vários anos o Brasil cumpriu as metas de superávit fiscal, mas essa conta começou a ser alterada no que se chamou de 'contabilidade criativa', para que o resultado fosse atingido artificialmente, tanto por meio de gastos que eram colocados como investimentos, e não despesas, quanto por meio dos repasses aos bancos públicos — prática que ficou conhecida pelo nome de "pedaladas" e constou como a principal irregularidade para o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Como as medidas econômicas de Temer vão impactar a economia?

25/05/2016 – Fonte: R7



O presidente interino Michel Temer e o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciaram nesta terça-feira (24) uma série de medidas econômicas que têm o objetivo de destravar a economia.

Mas até que ponto essas medidas de fato podem ajudar a resolver o problema das contas públicas e permitir que o País volte a crescer?

A BBC Brasil consultou analistas de diversas linhas teóricas sobre o tema para explicar as três medidas mais importantes do pacote. **Confira:**

1 - PEC que limita gastos do governo

Temer e Meirelles anunciaram que apresentarão ao Congresso uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) fixando um teto para os gastos do governo.

Segundo o presidente, a ideia é estabelecer que os gastos só possam crescer o equivalente à inflação do ano anterior.

Eles também deixaram claro que as áreas de saúde e educação não devem ser poupadas nesse processo.

Hoje, as despesas nessas áreas crescem sempre que a receita do governo aumenta porque há regras que estabelecem que uma porcentagem de tudo que é arrecadado deve ser gasto nesses setores.

Segundo Meirelles, é "fundamental" que essas áreas sejam parte da PEC e do "processo de mudança".

A proposta da PEC, porém, divide analistas. Thiago Biscuola, economista da RC consultores, é um dos que avaliam a medida como "positiva".

"Com isso você vai impedir o governo de aumentar muitos os gastos, mesmo se o país estiver crescendo - o que é positivo", opina. "Desde os anos 90, os gastos do governo vêm crescendo mais que a economia e podem continuar a subir se não houver um freio".

Outros analistas, porém, veem na emenda uma ameaça principalmente às áreas de educação e saúde.

"Precisamos saber como vai ser essa desvinculação, porque essas áreas são fundamentais para que possamos manter as conquistas sociais dos últimos anos", diz Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor da Unicamp. "Trata-se de um sistema de proteção importante para o sujeito que não tem renda".

"Se houver uma redução na provisão desses serviços e em sua qualidade, sofrerão justamente as camadas mais vulneráveis da sociedade", concorda Amir Khair, especialista em gastos públicos e ex-secretário da Fazenda da gestão Luiza Erundina em São Paulo.

As dificuldades que podem ser enfrentadas pelo governo para a tramitação da PEC no Congresso também são um tema que divide opiniões.

Para Biscuola, sua aprovação é uma incógnita. "Espero que o Congresso seja consciente sobre a necessidade de reequilibrar as contas públicas, mas hoje não dá para saber se o projeto passará. Também é possível que sejam sugeridas mudanças", diz ele.

Já Arthur Barrionuevo Filho, professor da FGV-SP, acha que os parlamentares devem passar as medidas, porque hoje têm uma relação mais próxima com o Executivo. Para ele, a aprovação iria firmar essa aliança, comprometendo os parlamentares com um novo projeto para a economia.

Publicidade

2. R\$ 100 bilhões do BNDES

No anúncio desta terça-feira, o governo disse que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deve devolver R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional nos próximos três anos.

Esse dinheiro faz parte da dívida que o banco — que apoia e financia diversos segmentos econômicos — tem com o Tesouro.

Segundo o presidente interino Michel Temer, assim que a medida passar por análise jurídica, para verificar se há alguma irregularidade, serão devolvidos R\$ 40 bilhões. Outras duas de R\$ 30 bilhões serão repassadas nos próximos dois anos.

Temer lembrou que o Tesouro injetou mais de R\$ 500 bilhões no BNDES nos últimos anos, para que a instituição aumentasse empréstimos a empresas a fim de aquecer a economia.

De acordo com o presidente interino, a medida vai permitir economizar R\$ 7 bilhões por ano. A ação também divide especialistas.

Para Barrinuevo, ela é acertada porque aproveita recursos que estão ociosos no banco para ajudar a economia. Ele explica que, na crise, a demanda por empréstimos do BNDES cai, porque ninguém está investindo. Nesse cenário, o dinheiro ficaria parado. Khair discorda. Para ele, os R\$ 100 bilhões da instituição não vão fazer diferença, porque todos os meses o governo tem que pagar R\$ 50 milhões só de juros da dívida pública.

"Ou seja, tudo que vai ser pago pelo BNDES representa o que pagamos em juros em dois meses. A dívida não vai ser controlada enquanto a taxa básica de juros da economia não cair para níveis 'normais' do resto do mundo", Khair.

"O problema é que as medidas anunciadas hoje não dão conta do principal problema atual: a alta taxa de juros e suas consequências sobre a dívida pública. E enquanto você tiver uma equipe econômica liderada por banqueiros, acho pouco provável que esse problema seja resolvido".

3. Fundo do pré-sal

Temer também propôs a extinção do Fundo Soberano, criado em 2008 para ser uma espécie de poupança dos recursos do pré-sal.

A ideia era que o fundo - criado em um momento em que o governo arrecadava mais do que gastava - seria usado em tempos de crise.

"Hoje o patrimônio do fundo está paralisado em R\$ 2 bilhões", disse Temer. "Vamos extinguir e trazer esses R\$ 2 bilhões para cobrir o endividamento público".

Biscuola, da RC Consultores, diz que a iniciativa é válida, mas os recursos do fundo são pouco significativos dado que só o déficit fiscal do orçamento neste ano deve ser de R\$ 170 bilhões, conforme anunciado pela equipe econômica na sexta-feira.

"Na realidade esses recursos já estavam sendo utilizados. Aparentemente sobrou um pouco e o governo vai usar para abater a dívida, mas certamente não são esses R\$ 2 bilhões que vão fazer a diferença", diz o analista.

Renova se reestrutura para ganhar fôlego

25/05/2016 – Fonte: CIMM

A frustrada parceria com a americana SunEdison, em recuperação judicial desde abril, obrigou a Renova Energia a fazer um forte ajuste em suas estruturas. Além de perder dinheiro com o negócio, a Renova – uma das maiores geradoras de energia eólica no Brasil – teve de receber aporte de recursos dos sócios, rever o cronograma de obras, cortar despesas e procurar um sócio estratégico para reforçar a capacidade de investimento da empresa.

No primeiro trimestre deste ano, a companhia registrou prejuízo de R\$ 551 milhões, sendo R\$ 382 milhões referentes à perda de investimentos com o grupo americano. Em junho de 2015, a Renova vendeu 14 parques eólicos à SunEdison, por cerca de R\$ 1,6 bilhão. Desse valor, cerca de R\$ 500 milhões entraram no caixa da empresa em dinheiro, e o pagamento restante foi em ações.

Com dificuldades financeiras nos Estados Unidos, os papéis da SunEdison despencaram e a Renova teve de contabilizar as perdas. Além disso, foi obrigada a rescindir o contrato de venda de três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), de 41,8 megawatts (MW), com o grupo americano.

Referência no setor de energia eólica, a empresa tem 770 MW de potência instalada e 11,5% dos parques vendidos para a SunEdison – participação pela qual tem direito a dividendos.

Para equalizar as contas, a companhia renegociou contratos que tinha no mercado livre com seus próprios sócios. Um parque eólico, de 200 MW, que deveria entrar em operação no ano que vem foi prorrogado para o fim de 2020.

Outro que entraria no fim de 2015 ficou para outubro deste ano. "A condição do setor, com sobra de energia, foi favorável a essa revisão dos cronogramas", afirmou o diretor comercial da Cemig, Evandro Vasconcelos, presidente do conselho de administração da Renova.

PCHs

Segundo ele, a reestruturação da companhia também envolveu um aumento de capital de R\$ 731 milhões, anunciado em fevereiro deste ano. Desse valor, a Cemig já aportou R\$ 240 milhões e a Light deve colocar outros R\$ 40 milhões. Além disso, a empresa de energia renovável deve vender alguns ativos. A ideia é preservar os ativos eólicos e se desfazer das participações em PCHs.

Numa das operações em análise, a Cemig, sócia da empresa com 27,3% de participação, compraria três usinas da Renova, dizem fontes do setor. Pelo negócio, a estatal mineira não desembolsaria dinheiro, mas assumiria dívida da companhia. Assim, a Renova reduz os custos com endividamento, de R\$ 2,8 bilhões, de acordo com o balanço de março de 2016.

"A venda de ativos da companhia é uma alternativa. Mas não precisa ser necessariamente para a Cemig. Pode ser para o mercado", afirma Vasconcelos.

Segundo ele, além das três PCHs com 100% de capital da Renova, há ainda uma participação de 51% que a empresa tem na Brasil PCH, num portfólio de 13 usinas de 290 MW.

Sócio

Vasconcelos diz ainda que a Renova está em busca de um sócio estratégico para compor o bloco de controle. "Acreditamos que antes da venda da participação da Light, conseguiremos fechar um acordo para a entrada desse novo sócio."

Nos últimos meses, a empresa foi procurada por quase 20 grupos nacionais e internacionais em busca de informações sobre a venda da participação dos 16% da Light. Estão no páreo para levar a fatia da companhia, grupos chineses, canadenses e americanos, além de fundos brasileiros.

Fontes afirmam que, além da chinesa State Grid, que já tem investimentos no País, outros grupos asiáticos estão de olho na Renova, como fundos de private equity. A venda traria mais fôlego para a empresa para tocar o plano de expansão nos próximos anos.

No conjunto de medidas para equilibrar as contas, a Renova também vai fazer um enxugamento das despesas. Nos últimos anos, o número de funcionários subiu para cerca de 450 pessoas.

Com a crise provocada especialmente pela SunEdison, esse número já caiu para algo em torno de 380 funcionários. O objetivo agora, segundo Vasconcelos, é terceirizar alguns serviços na empresa.

Aperam aposta nas exportações

25/05/2016 – Fonte: Instituto Aço Brasil

Em um cenário complicado para a indústria do aço, com excesso de oferta no mercado mundial, a Aperam South America, com planta em Timóteo (Vale do Aço), praticamente dobrou o volume de exportações e expandiu os clientes no exterior.

Além disso, a estratégia adotada de enxugar custos e aumentar a eficiência dos seus ativos frente ao enfraquecimento da demanda já proporcionou uma redução de custos de US\$ 487 milhões de 2011 até março deste ano.

"Em 2013 e 2014, o volume que exportávamos girava entre 15% e 20%. Sempre tivemos a estratégia de manter uma participação no mercado interno, mas os números das exportações praticamente dobraram, passando para 30% a 40% do volume no ano passado e atualmente", afirmou o presidente da companhia, Frederico Lima.

Além disso, segundo ele, as vendas externas da Aperam eram concentradas nas Américas. Porém, agora, a companhia exporta para vários mercados, inclusive para o asiático e Oriente Médio, embora tenha mantido o foco prioritário nas Américas, devido às vantagens competitivas proporcionadas pela proximidade com os países deste continente.

De acordo com o presidente da Aperam, em 2015, a companhia faturou 654 mil toneladas de aços acabados, mesma quantidade de 2014. Em termos de produção, Lima adiantou, sem informar detalhes, que o resultado do primeiro trimestre deste ano ficou em linha com o do mesmo período do exercício passado.

"Em um cenário difícil para a indústria de transformação, mantivemos o ritmo de 2014 em 2015, o que consideramos um dado positivo. No primeiro trimestre deste ano, também não tivemos alterações. Conseguimos isso através dos ganhos de exportação

e trabalhando a eficiência para manter as linhas ocupadas e manter a competitividade”, disse.

Em 2015, no total, a Aperam alcançou 1,89 milhão de toneladas comercializadas, o que manteve a companhia como a maior produtora de aço inoxidável da América do Sul, segunda maior produtora da Europa e entre as dez maiores do mundo.

A siderúrgica fabrica aços-carbono, aço inox e aços siliciosos para fins elétricos, como em transformadores, compressores e turbinas de hidrelétricas. “A demanda diminuiu para os aços inox, elétricos e carbonos. Cada setor tem sua dinâmica, mas todos tiveram queda de mais de dois dígitos no Brasil e para a Aperam também”, completou.

Modelo - Em novembro do ano passado, justamente com objetivo de ganhar competitividade no mercado, a Aperam adotou um novo modelo de negócios com distribuidores de aços planos inoxidáveis.

A nova plataforma prevê três categorias de compradores: distribuidor integrado, distribuidor regular e compra no mercado spot, com lote mínimo de 20 toneladas. De acordo com o presidente, o modelo “ainda é recente, mas está se mostrando bem-sucedido e o número de clientes atendidos é maior”.

Sobre a estratégia de redução de custos, adotada desde 2011 pelo grupo, o presidente da companhia explicou que, em um cenário de excesso de capacidade mundial de aço e competição acirrada, o plano vem dando certo. Conforme ele, de 2011 até março deste ano, a siderúrgica diminuiu US\$ 487 milhões em custos fixos e variáveis.

Nível de sobrecontratação da Cemig está em 105,4% para 2016s

25/05/2016 – Fonte: Exame



A Cemig está com um nível de sobra de energia contratada em sua distribuidora de 5,4%.

Como a concessionária pode repassar para a tarifa o custo com compra de energia de até 105% de suas necessidades, está exposta em apenas 0,4%.

"Estamos em posição confortável na comparação com as demais", disse o diretor Comercial da companhia.

Evandro Leite Vasconcelos, durante encontro com analistas e investidores que acontece na tarde desta terça-feira, 24, em Belo Horizonte.

De acordo com ele, a expectativa é que com o crescimento esperado no mercado, esse percentual de exposição de 0,4% seja absorvido. "A perspectiva é que fiquemos em 101%" de contratação, disse. Para o ano que vem, Vasconcelos indicou que a companhia está "ligeiramente sobrecontratada".

A maior exposição está prevista para 2019, quando o nível de sobra de energia da estatal mineira chega a 14%, "Mas as demais distribuidoras estarão em 20% e a solução que deve ser encontrada para elas também deve resolver a nossa situação", disse.

Com a retração do mercado consumidor desde o ano passado e a necessidade de contratar energia com anos de antecedência, boa parte das distribuidoras do País estão enfrentando o problema da sobrecontratação. Estimativas de mercado apontam para uma média de 10% a 13% de sobra de energia em relação ao consumo esperado para este ano.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já determinou algumas medidas para mitigar o problema, como a permissão para que distribuidoras e geradoras com usinas atrasadas negociem bilateralmente a postergação dos contratos. As alternativas, porém, não resolveram todo o problema e governo e empresas estão discutindo outras medidas.

Saiba como as medidas do governo podem afetar desemprego, dólar e inflação

25/05/2016 – Fonte: UOL

As medidas econômicas anunciadas pelo governo interino de Michel Temer (PMDB), vistas como positivas por parte de empresas e investidores, podem ajudar reduzir a inflação e o desemprego a partir do ano que vem, de acordo com especialistas ouvidos pelo UOL.

Entre as medidas do governo, estão uma emenda à Constituição para limitar os gastos públicos e acabar com o Fundo Soberano, espécie de poupança criada em 2008 para usar em períodos de crise, e o pagamento antecipado de empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a União.

Entenda como o pacote de medidas do governo mexe no desemprego, no dólar e na inflação.

Desemprego

Ao sinalizar que pretende usar recursos próprios –do pagamento do BNDES e da "poupança" do pré-sal– para pagar parte da dívida pública, o governo tenta mudar a expectativa de empresários e investidores para uma visão mais otimista em relação ao país, afirma o coordenador do curso de economia do Ibmecc-MG, Márcio Salvato.

"O montante que será pago não é muito grande, mas dizer que está preocupado com o crescimento da dívida pública muda a perspectiva e faz com que o setor produtivo volte a investir", diz. "Com isso, o governo tem mais receita e são gerados novos empregos."

Com a retomada nos investimentos das empresas, Salvato estima que o desemprego possa começar a cair a partir do próximo ano. "No curto prazo, os efeitos serão pequenos. Até os empresários começarem a investir leva-se tempo", afirma.

Para o economista sênior da Tendências Consultoria Silvio Campos Neto, o desemprego só deve começar a cair no segundo semestre de 2017. "O mercado de trabalho é o último a reagir, seja com a economia em alta ou em baixa", diz. "Até os primeiros meses do ano que vem pode haver uma piora no desemprego."

Inflação

A inflação deve terminar 2016 próxima a 7% –acima do limite máximo estipulado pelo governo, que é de 6,5% ao ano–, segundo Campos Neto. Para ele, apenas em 2017 a inflação deve voltar para dentro da meta do governo e terminar o ano perto de 5,2%.

"Este ano ainda há uma pressão muito forte dos aumentos de preços controlados [como luz e gasolina] feitos em 2015. Com o governo segurando gastos, a inflação deve desacelerar e retornar aos poucos aos níveis normais", afirma.

Salvato, do Ibmecc-MG, acredita que a inflação possa ficar dentro do limite do governo ainda neste ano. Caso isso aconteça, o Banco Central poderia reduzir a taxa básica de juros (Selic). "Com os juros mais baixos, os investimentos iriam aumentar, o que ajudaria a melhorar a situação econômica", diz.

Dólar

Os dois especialistas afirmaram que a trajetória do dólar está indefinida. Por um lado, a melhora da confiança na economia brasileira poderia puxar a moeda norte-americana para baixo.

No entanto, a possibilidade de alta dos juros nos Estados Unidos tende a prevalecer e a puxar o dólar para cima. Para Campos Neto, a moeda deve terminar o ano valendo R\$ 3,72.

"Quando os juros nos Estados Unidos sobem, há uma saída de recursos para lá. Isso acaba sendo mais forte que as medidas anunciadas, que ainda precisam ser [algumas delas] aprovadas pelo Congresso", declara

Temer quer liberar venda de lotes de terra a estrangeiros

25/05/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

A equipe do presidente interino Michel Temer quer rever o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) de 2010 que suspendeu a possibilidade de estrangeiros comprarem terras no Brasil. O argumento do governo da presidente afastada Dilma Rousseff para tomar a decisão, naquela época, foi "assegurar a soberania nacional em área estratégica da economia e o desenvolvimento".

A medida foi tomada sob o temor de que empresas de outros países, principalmente chinesas, adquirissem grandes lotes de terra no país para assegurar a oferta de alimentos para seus cidadãos, eventualmente comprometendo o abastecimento dos próprios brasileiros. Segundo uma graduada fonte do atual governo, porém, a norma é "absolutamente despropositada".

A limitação da compra de terras por estrangeiros foi consequência de um parecer da AGU, com nova interpretação sobre a Lei 5.709 de 1971. Ela estabeleceu um controle mais rígido sobre a venda de terras agrícolas de grande porte e colocou o então Ministério do Desenvolvimento Agrário como responsável por aprovar esses negócios.

O argumento do governo, em 2010, era que os chineses haviam adquirido grandes lotes de terras na África para assegurar o abastecimento de grãos, e muitos dos países daquele continente perderam autonomia e controle sobre a produção agropecuária.

— A África é diferente. Aqui, nós temos legislação, bancos, política agrária, tradição no setor mais do que centenária. Tem regras de comércio que protegem a gente — disse uma fonte próxima a Temer.

ESTÍMULO A CONCESSÕES

Na visão do governo, a retomada da venda de terras para estrangeiros também poderá aumentar a atratividade de investimentos estrangeiros em concessões de logística no país, uma vez que os chineses, entre outros, poderiam ter acesso a uma cadeia agrícola integrada: da posse da terra até o processo de escoamento dos produtos.

Procurada, a AGU informou, em nota, que "até o momento, não ocorreu qualquer alteração ou pedido de revisão da legislação referente à matéria". Como a definição tem base em um parecer da AGU, este poderia ser alterado sem necessidade de consulta ao Congresso.

Com ociosidade elevada, indústria corta 700 mil vagas em 1 ano

25/05/2016 – Fonte: G1

Com produção e faturamento em queda, a indústria tem encolhido e perdendo competitividade e participação na economia brasileira. No ano passado, foi o setor que mais demitiu no país e, em 2016, atingiu uma ociosidade recorde, segundo mostram os indicadores de uso do parque fabril.

Na sondagem mensal feita pela FGV, a utilização da capacidade instalada na atingiu em fevereiro o menor nível da série iniciada em 2001.

No levantamento da (**CNI**) Confederação Nacional da Indústria, o uso da capacidade na indústria da transformação, aquela que produz bens de consumo e máquinas, chegou ao piso histórico nos meses de janeiro e fevereiro, quando o percentual médio ficou em 62%.

Em março e abril, o índice ficou estacionado em 64%, mais ainda muito longe do usual e da máxima de 75%, registrada em outubro de 2013.

Em segmentos como de máquinas e equipamentos, nas montadoras e siderúrgicas, o uso médio da capacidade instalada segue abaixo de 60%.

"Isso significa que praticamente um terço do que se poderia produzir não está sendo produzido, o que tem um custo e impõe ainda mais dificuldades financeiras", afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

Nas empresas de médio e pequeno porte, a ociosidade é ainda maior. O empresário César Prata, da Asvac Bombas, que fabrica equipamentos para plataformas de petróleo, navios, saneamento e outras indústrias, afirma que a sua fábrica na capital paulista está operando atualmente com apenas 40% da capacidade.

"O ideal de qualquer máquina é estar operando o tempo todo. Toda máquina tem um custo de amortização, então imagina usar só por um terço do tempo", diz o dono da empresa, que da usual rotina de 3 turnos passou a operar com apenas um, e com um quadro reduzido. A fábrica, que no auge chegou a ter 50 funcionários, hoje emprega apenas 14.

"Praticamente um terço do que se poderia produzir não está sendo produzido"- Marcelo Azevedo, economista da CNI

Indústria eliminou 58% dos empregos perdidos no país

No acumulado do primeiro trimestre de 2016, a indústria da transformação eliminou 69 mil vagas. Nos últimos doze meses, o setor perdeu cortou 700 mil trabalhadores com carteira assinada.

Desde 2014, a indústria já fechou 845 mil postos de trabalho. Foi o setor que mais demitiu no período, respondendo por 58% das vagas eliminadas no país.

Em março, o total de trabalhadores no setor somou 7,55 milhões de pessoas, retornando a níveis de 2010, segundo números do Ministério do Trabalho.



O setor industrial está operando no nível mais baixo desde 2003, segundo dados do IBGE. Em 2015, a produção caiu 8,3%, o maior recuo já registrado pelo IBGE. No primeiro trimestre de 2016, a queda acumulada é 11,7%.

O PIB (Produto Interno Bruto) da indústria amargou uma queda de 6,2% em 2015, ao passo que a economia do país recuou 3,8%.

Para 2016, a CNI prevê um "tombo" de 5% no PIB da indústria da transformação, mais uma vez maior que o da contração geral da economia.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, explica que o setor vem perdendo dinamismo e competitividade desde 2011, impactado principalmente pelo crescimento da entrada de importados, baixa produtividade e aumento real dos salários.

"De 2014 para cá, a indústria passa a sofrer também com a brutal queda da absorção doméstica, tanto do consumo quanto do investimento. E quando se tem muita ociosidade, as empresas acabam reduzindo muito as suas margens", diz a analista.

'Pior momento'

O empresário César Prata afirma que sua fábrica vive o "pior momento" em 33 anos de atuação no mercado.

Segundo ele, o faturamento caiu de 15% a 20% ao ano nos últimos 3 anos. "Passamos de uma produção de 400 bombas por ano para 170", diz o dono da Asvac.

Pelo menos aquele pessimismo coletivo sem horizonte e sem luz no fim do túnel foi estancado"

César Prata, empresário

Na melhor fase, entre 2012 e 2013, a empresa chegou a operar perto da sua capacidade máxima. "Quando ainda não tinha Lava Jato, havia muito investimento da Petrobras, não tinha empreiteiro preso e a economia estava ativa ainda, a taxa de ocupação chegou a 90%", conta o empresário.

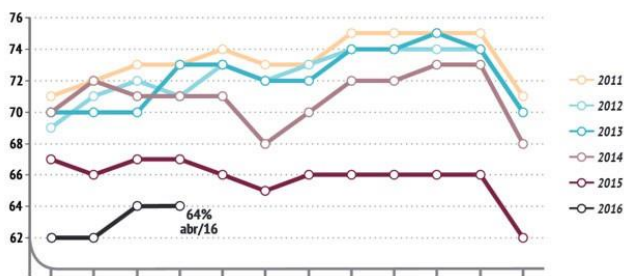
Embora preveja um ano muito parecido com 2015 em termos de vendas, para ele a mudança de governo melhora as expectativas em relação ao futuro.

"Pelo menos aquele pessimismo coletivo sem horizonte e sem luz no fim do túnel foi estancado. Mesmo que os números não tenham alterado em absolutamente nada ainda, já tem esse astral de melhora", diz Prata.

Pessimismo em nível crítico

O índice de confiança dos empresários medido pela CNI registrou em maio a maior alta desde 2010 e somou 41,3 pontos. O resultado abaixo dos 50 pontos, no entanto, mostra que o pessimismo ainda segue em nível crítico.

Utilização média da capacidade instalada
Percentual (%)



"A expectativa ainda é que vai piorar, mas reduziu o número de empresários que acredita na piora", resume Renato da Fonseca, que coordena a pesquisa.

Renato da Fonseca, economista da CNI

Ou seja, os empresários da indústria continuam esperando queda da demanda nos próximos seis meses e projetando mais demissões.

"O ajuste fiscal por mais que tecnicamente esteja certo, o efeito mais imediato das primeiras medidas da nova equipe econômica pode ser uma pancada", diz o economista da CNI, citando o debate sobre a revisão da meta fiscal e possível elevação de de tributos.

A retomada da confiança é apontada como primeiro passo para uma retomada do crescimento, pois é a expectativa de melhora em relação ao futuro que irá motivar o empresário a voltar a investir, aumentar a produção e a planejar estoques maiores.

"A maioria dos empresários ainda está sem coragem para investir e se preparar para uma demanda maior. Por outro lado, a boa notícia é que tem aumentado o número de empresas que tem investido em melhorias de processos visando ganho de produtividade (produção maior com menor custo)", diz Fonseca.

Apostas ficam para 2017

O setor e os analistas trabalham com o cenário de uma leve recuperação a partir de 2017, mas as indústrias só devem voltar a contratar quando conseguirem reduzir a ociosidade.

"Primeiro temos que aumentar a produção aproveitando ao máximo o quadro atual", diz o dono da Asvac. "O ritmo de recontração irá depender também da capacidade do novo governo de mexer nas leis trabalhistas, que são aquelas que sempre encabulam o empresário de contratar", completa.

Com o aumento da taxa de desemprego, os salários desaceleraram e isso para a indústria é um alívio na verdade"

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências

A consultoria Tendências projeta que, após uma retração ao redor 4% neste ano, a economia brasileira irá crescer 1,2% em 2017, com o PIB industrial subindo 2,6%, impulsionado por investimentos em infraestrutura e novas concessões.

"Olhando para frente, acreditamos que a indústria poderá recuperar um pouco da competitividade seja por causa do câmbio, seja no custo unitário do trabalho", afirma Alessandra Ribeiro.

Segundo a economista, o dólar alto e, ironicamente, o aumento do desemprego tem contribuído para a indústria nacional recuperar parte da competitividade perdida.

"Com o câmbio depreciado, a indústria fica mais competitiva lá fora porque reduz o seu preço em dólar e fica mais competitiva aqui dentro também porque o produto importado

já não entra tanto. E com o aumento da taxa de desemprego, os salários desaceleraram e isso para a indústria é um alívio na verdade, porque salário é um grande custo", explica.

Ela salienta, porém, que só mesmo a retomada do investimento e volta da demanda é que garantirão uma recuperação da indústria.

"Como a ociosidade é muito grande isso pode ajudar numa retomada mais rápida. Mas a questão é ter demanda. Tendo demanda, como a capacidade já existe, é só produzir", conclui.

Mais de US\$ 4 bilhões deixaram o Brasil na parcial de maio

25/05/2016 – Fonte: G1

A retirada de dólares do Brasil superou a entrada em US\$ 4,06 bilhões na parcial de maio, até a última sexta-feira (20), informou o Banco Central.

Os números mostram que os dólares voltaram a deixar a economia brasileira após, em abril, o ingresso da moeda norte-americana ter superado as retiradas em US\$ 6,5 bilhões - a maior entrada de recursos em um ano.

No acumulado deste ano, até a última sexta-feira (20), a saída de dólares também é maior que o ingresso, neste caso em US\$ 7,91 bilhões. No mesmo período de 2015, entrada de dólares superou a retirada em mais de US\$ 15 bilhões.

Impacto no dólar

A saída de dólares na parcial de maio favoreceria, em tese, a valorização da moeda frente ao real. Isso porque, com menos dólares no mercado, seu preço tenderia a subir.

Neste mês, de fato, o dólar vem registrando pequena alta. No fim de abril, o dólar estava cotado em R\$ 3,44 e, nesta terça-feira (24), por volta das 15h40, estava sendo negociado a R\$ 3,58.

Veja a cotação do dólar

Além do fluxo de recursos, outros fatores também influenciam a cotação do dólar no Brasil, como o andamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Nesta terça-feira, o dólar operava em leve alta, com o mercado reagindo de forma cautelosa às medidas anunciadas pelo presidente em exercício, Michel Temer, para tentar equilibrar as contas públicas e retomar o crescimento da economia.

Segundo a agência Reuters, o movimento de alta ocorre em meio a avaliações de que o governo deve enfrentar dificuldades para aprovar no Congresso Nacional as medidas para reequilibrar as contas públicas apresentadas e a nova meta fiscal.

O mercado seguia atento também aos desdobramentos do cenário político, após o afastamento de Romero Jucá do Ministério do Planejamento.

O Congresso Nacional deve votar nesta terça a proposta de revisão da meta fiscal para 2016. A proposta de revisão da meta fiscal de 2016 prevê um déficit (despesas maiores do que receitas) das contas públicas de até R\$ 170,5 bilhões.

Se deputados e senadores não aprovarem a nova projeção, o governo terá de cumprir a meta enviada pela presidente afastada, Dilma Rousseff, com previsão de superávit (economia) de R\$ 24 bilhões.

Interferência do BC

Outro fator que influencia a cotação do dólar são as operações de swaps cambiais (que funcionam como uma venda futura de dólares), ou de "swaps reversos" - que funcionam como uma compra de dólares no mercado futuro.

Entenda: swap cambial, leilão de linha e venda direta de dólares

Com estas operações, a autoridade monetária impede uma alta maior do dólar no mercado à vista e oferece garantia (hedge) às empresas contra a valorização da moeda, ou atua para conter uma queda mais forte.

Nesta terça-feira, porém, o Banco Central não está intervindo no câmbio, mantendo-se ausente do mercado pelo quarto dia de negócios seguido.

Especialistas pedem clareza nas regras do Programa de Parcerias de Investimentos

25/05/2016 – Fonte: Agência Brasil

O governo do presidente interino Michel Temer anunciou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que trará alterações na modelagem financeira das concessões de infraestrutura.

Nos próximos dias, será lançado o programa Crescer, abrangendo todas as ações na área de concessões e parcerias público-privadas. Especialistas consultados pela Agência Brasil defendem que é importante haver clareza nas regras e ainda o fim da taxa de retorno pré-determinada.

Até o momento, não há detalhes sobre como funcionarão as inovações no sistema. O secretário executivo do PPI, Moreira Franco, manifestou a intenção de ter a participação de bancos privados no financiamento de projetos de longo prazo.

De acordo com ele, o governo pretende também definir regras padronizadas para as concessões na área de infraestrutura, para evitar atrasos nas licitações, melhorar a regulamentação das parcerias e retirar o excesso de interferência do Estado.

O gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wagner Cardoso, disse que é importante que o novo time aproveite o que foi feito no governo anterior, sem começar do zero.

“Os quatro aeroportos [Porto Alegre, Florianópolis, Fortaleza e Salvador, que devem ser concedidos à iniciativa privada] já têm estudos avançados”, exemplifica. Cardoso destacou que o investimento do Brasil em infraestrutura é baixo na comparação com outros países.

Governo vai estudar novo modelo de financiamento de concessões de infraestrutura.

“Todos sabem que há um imenso déficit e o investimento é baixo. O país investe cerca de 2,1% do PIB [Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos em um país] em infraestrutura. A China investe 7,3%”, afirmou.

Segundo o gerente, uma das expectativas do setor privado em relação ao novo programa é o maior aprofundamento nos estudos técnicos.

“O governo [interino] está anunciando que vai se aprofundar. Hoje você tem muito tempo do lançamento [do projeto] até a realização efetiva. Estamos esperando que comece com os estudos técnicos bem feitos”, acrescentou.

De acordo com Cardoso, o mercado também deseja que o governo não estipule mais a Taxa Interna de Retorno (TIR), usada para medir a viabilidade de projetos de investimentos. "A taxa é uma coisa interna do negócio.

O governo estipulava e, do outro lado, dava subsídio ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. Como o déficit fiscal se agravou, acabou o subsídio. Então, a gente espera que acabe essa questão de o governo estipular a TIR", defendeu.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira, especialista em finanças públicas, afirmou que é preciso definir claramente as regras para atrair investidores.

"Toda concessão, parceria, passa por uma coisa que o empresário precisa, que é de garantias, regras claras do jogo", comentou. Matias destacou que a taxa de retorno livre também é um atrativo.

"Uma das coisas que chamava a atenção era a postura do governo [da presidenta afastada Dilma Rousseff], de querer definir regras para o setor privado que batiam exatamente naquilo que é mais sensível: a questão do lucro. Em uma economia de mercado, o Estado tem de atuar para que o investidor possa ter retorno. Claro que o papel do Estado é evitar que esse retorno fique fora de controle. Mas você dizer ao empresário quanto ele pode ganhar é levantar uma cruz para o diabo", afirmou.

'Não é reforma, é readequação à realidade', diz ministro do Trabalho

25/05/2016 – Fonte: EM.com

O governo do presidente em exercício Michel Temer vai apresentar em 90 dias uma proposta de revisão das leis trabalhistas. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, defende que sejam feitas alterações na legislação para adequar pontos dos contratos de trabalho e evitar judicialização. Para ele, "o trabalhador se acha desprotegido" e "o empresário não contrata porque tem medo da Justiça".

Em meio ao debate sobre flexibilização das regras da CLT, ele afirmou que o trabalhador vai ajudar a definir até que ponto pode fazer sacrifícios, mas disse que direitos essenciais serão preservados. Nogueira ressaltou que o governo não vai chamar as mudanças de "reforma trabalhista", mas de "readequação à realidade".

O ministro defendeu a presença de investigados pela Operação Lava Jato no governo Temer e disse ter fé de que a retomada do emprego virá a partir de julho, com a melhora na confiança. Pastor evangélico da Assembleia de Deus, disse que tem compromisso com os trabalhadores e rebateu críticas. "Por que um crente não pode ser ministro?", afirmou.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual o seu diagnóstico sobre o Ministério?

De uma hora para outra, eu me vejo ministro do Trabalho. Me vejo consciente de que essa é a continuidade do governo, não um novo governo. As políticas públicas do Ministério do Trabalho eram propostas da chapa de Dilma-Temer, então não tem muito o que inovar.

Mas a visão econômica de Temer é diferente. A orientação do presidente foi no sentido de sinalizar para os atores do mundo do trabalho a disposição do governo de aprimorar o diálogo. As medidas e os programas atuais serão aprimorados.

O setor produtivo reclama da rigidez da CLT. Permitir a negociação entre patrão e empregado é uma boa saída?

Direitos essenciais serão preservados - o FGTS, o PIS, férias, o décimo terceiro, a carga horária.

Agora, é necessário adequar a legislação, dadas as novas oportunidades de mercado que surgiram hoje. Mas o trabalhador não vai ser surpreendido, ele vai ser partícipe na elaboração de qualquer marco que porventura venha acontecer. Nada será impositivo.

O acordo entre empregador e funcionário entrará em pauta?

Tem de formar uma mesa tripartite. O trabalhador, o empregador e o governo vão definir quais pontos precisam ser aprimorados em termos de legislação para diminuir as demissões, aumentar as admissões, trazer mais segurança jurídica aos contratos.

Que o contrato seja específico e claro para ambas as partes. Se eu antecipar uma opinião, eu estou buscando adesão, não estou buscando construção. E a ideia do governo é construir.

Como retomar o emprego?

Uma medida fundamental é o que já está sendo feito: pacificar, distensionar expectativas, acreditar no futuro. O Brasil pode superar este momento já no segundo semestre. Eu tenho fé, eu tenho confiança de que, a partir de julho, estaremos colocando a primeira marcha para retomar o crescimento.

O governo vai retomar a discussão sobre a terceirização das atividades fim?

Como é um tema ainda em discussão, o trabalhador, empregador e o governo estarão na mesa. A realidade é que os trabalhadores que atuam hoje na terceirização estão desprotegidos. O que precisa é tipificar quais atividades poderão ser objeto de uma terceirização.

Qual será a parte do trabalhador no sacrifício dito pelo presidente em exercício Michel Temer para sair da crise?

O trabalhador nesse sacrifício? Os trabalhadores vão se sentar à mesa e definir até onde podem fazer esse sacrifício. É um conjunto de esforços. Todos nós queremos o melhor para o Brasil.

Quando serão anunciadas as primeiras propostas?

Em 90 dias.

Podemos falar em reforma trabalhista?

Não, não fala em reforma trabalhista. Fala em adequação à realidade. A lei trabalhista no Brasil é boa, ela protege o trabalhador. O que precisa é adequar alguns pontos no que diz respeito ao contrato. Por que os empresários reclamam do contrato de trabalho? O que gera o conflito? O trabalhador se acha desprotegido e tem de buscar a proteção na Justiça; o empresário não contrata porque tem medo da Justiça.

A Operação Lava Jato compromete a atuação do governo?

O que diz o livrinho? Alguém é considerado culpado só depois de transitado e julgado. As garantias da Constituição que eu quero para mim, não posso tirar do outro. Como você vai exercer um juízo sobre um processo em que você não conhece os autos? Vamos acreditar na Justiça e, até que se configure o desfecho final, ninguém é considerado culpado. O decorrer do processo tem o amplo direito de defesa.

Mas julgamentos desse tipo levam anos. Não seria o caso de haver um afastamento?

Não compete a mim fazer esse juízo.

Há um paralelo entre a sua formação religiosa e a sua atuação no governo?

Todos os outros ministros têm uma religião. A religiosidade é muito íntima e muito pessoal. Tenho meus princípios de fé e são fundamentais para a minha vida. Todos os outros ministros, nos outros poderes, artistas, todas as pessoas têm a sua religiosidade. Por que um crente não pode ser ministro?

Vinculação do salário mínimo será discutida junto com reforma da Previdência

25/05/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O presidente em exercício, Michel Temer, disse que o governo não vai mudar as regras da Previdência sem concordância da sociedade

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou que a vinculação do salário mínimo será discutida junto com a reforma da Previdência. Ele destacou que a reforma está sendo objeto de discussão por um grupo de trabalho liderado pela Casa Civil.

Ao explicar as medidas, o ministro procurou fixar um teto para todos os gastos e, a partir daí, serão discutidas as mudanças necessárias para permitir a sua implementação. "Temos que ver os benefícios que são vinculados à evolução do salário mínimo", afirmou.

O ministro disse que a proposta do teto para o gasto é consistente. Ele destacou que haverá uma agenda intensa de trabalho nas próximas semanas e meses. Meirelles disse que o governo está no seu oitavo dia útil e que esse é um tempo bastante acelerado.

Previdência. Temer disse ainda que o governo não vai mudar as regras da Previdência sem concordância da sociedade. "Não foi sem razão que chamamos as centrais e criamos um grupo para examinar o que é possível fazer", disse.

Um grupo semelhante ao mencionado por Temer é organizado desde o governo passado no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social. A reforma da previdência pretendida pelo ex-ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, estava sendo discutida nesse fórum.

Ao lado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, o presidente em exercício disse que grande parte da população está a favor de medidas pré-anunciadas para a Previdência. "Proposta será apresentada quando houver concordância de amplíssima maioria", disse.

Indústria demite 72 mil pessoas no Grande ABC em cinco anos

25/05/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC

Hoje é celebrado o Dia da Indústria. Apesar da data especial, não há nada a ser comemorado por empresários e trabalhadores do setor produtivo no Grande ABC. De 2011 para cá, o estoque de mão de obra no segmento foi reduzido em 21,4% nas sete cidades. Em números absolutos, foram 72 mil demissões em cinco anos.

Ou seja, é como se uma Rio Grande da Serra e meia perdesse o emprego no período. Os dados são da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), do Seade/Dieese, que leva em conta tanto os postos de trabalho formais quanto os autônomos e informais.

O ritmo de cortes se intensificou de 2014 para 2015, quando os efeitos da crise econômica se acentuaram no País. Na ocasião, o nível de emprego caiu 13,1%. Na comparação de março com o mesmo período de 2015, a retração foi de 9,25%. Hoje, existem 265 mil trabalhadores nas indústrias da região, sendo 147 mil na metalmeccânica e 40 mil na química.

Para efeito de comparação, enquanto de 2011 para cá o volume de operários na indústria caiu 21,4%, no mercado de trabalho do Grande ABC em geral a queda foi de 4%, para 1,148 milhão de pessoas.

A indústria é afetada por diversos fatores, entre eles a queda nos investimentos, provocada pela insegurança dos empresários diante do momento político do Brasil. Os juros elevados – a taxa básica (Selic) fixada em 14,25% ao ano – também desestimulam a produção, já que fica muito mais vantajoso aplicar o capital no mercado financeiro do que na atividade produtiva. Além de maior rentabilidade, essa opção é mais segura.

Levantamento apresentado pelo Observatório Econômico da Universidade Metodista na semana passada mostra que indústria local opera com somente 57% de sua capacidade, o que é considerado extremamente baixo.

“Se produz pouco, emprega pouco. Isso gera consequência em outros setores, como comércio e serviços, já que menos pessoas irão consumir nos estabelecimentos desses segmentos”, comenta Sandro Maskio, coordenador do departamento de estudos.

PETROQUÍMICA - Para tentar manter o alto nível da indústria petroquímica, foi criado há um ano o Cofip ABC (Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC), que tem como principal objetivo atuar em prol das demandas conjuntas das empresas que operam no complexo, localizado no Capuava, divisa entre Santo André e Mauá, e que emprega 10 mil funcionários diretos e 30 mil indiretos.

“Buscamos fazer com que as organizações associadas trabalhem de forma unificada e sinérgica, para que a gente torne o polo viável e sustentável ao longo do tempo”, diz o presidente do Cofip, Antônio Emílio Meireles.

Sem resposta da Volks, cegonheiros seguem em estado de atenção

25/05/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC



Os cegonheiros que prestam serviço para a Volkswagen seguem apreensivos diante do silêncio da montadora a respeito de uma possível alteração nos contratos de entrega dos veículos zero-quilômetro produzidos pela multinacional alemã para as concessionárias no Brasil.

Segundo os motoristas, a empresa planeja deixar o serviço sob responsabilidade de apenas uma distribuidora, o que colocaria em risco 50 mil empregos diretos e indiretos em todo o País.

Atualmente, a Volkswagen possui contrato com quatro grandes companhias de logística: Brazul, Tegma, Transauto e Transzero. Essas, por sua vez, subcontratam

pequenas e médias empresas e trabalhadores autônomos. São aproximadamente 3.600 prestadores de serviço.

Na segunda-feira, os cegonheiros fizeram assembleia em São Bernardo, na qual foi deliberada paralisação parcial por tempo indeterminado. Em julho do ano passado, foi deflagrada greve pelo mesmo motivo, com duração de cinco dias.

Na ocasião, a Volkswagen confirmou que estava "realizando uma ação regular" para "verificação e análise do posicionamento de preços de um serviço dentre as opções disponíveis no mercado".

Depois, voltou atrás e manteve o negócio sem alterações. Nos bastidores, a informação recorrente era de que a atividade seria assumida pela Julio Simões Logística – mesma especulação que tem circulado agora.

Ontem, os motoristas da região executaram o transporte de veículos para exportação ao Porto de Santos. Na fábrica da Volkswagen em Taubaté, entretanto, não houve entrega. Isso porque os próprios funcionários da Julio Simões, que fazem a logística interna na planta carregando os caminhões-cegonha, estavam em greve para reivindicar reajuste de 17%.

Os trabalhadores esperam que a Volkswagen realize hoje reunião com as quatro distribuidoras para negociar a situação. A montadora vem sendo procurada pelo Diário desde segunda-feira, mas até o fechamento desta edição não se manifestou.

IMPACTO NA REGIÃO - Caso a multinacional decida confirmar as modificações contratuais, o Grande ABC seria afetado com a perda de pelo menos 5.000 postos de trabalho diretos. O impacto indireto seria ainda maior, já que, principalmente no entorno da fábrica, no bairro Demarchi, os estabelecimentos dos setores de comércio e serviços também teriam forte queda na movimentação, o que poderia gerar fechamentos.

A categoria estima que, por conta da queda na demanda por veículos zero-quilômetro no País, cerca de 1.500 equipamentos, entre cavalos e carretas, estão parados.

Trabalhadores ouvidos pelo Diário afirmam ainda que, no caso de cancelamento de contrato, terão fortes prejuízos, já que investiram em treinamento e melhoria da frota para atender às necessidades da montadora.

Cobre opera em alta, após dado positivo dos EUA e com avanço do petróleo

25/05/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O cobre opera em alta na manhã desta quarta-feira, após sinais positivos da economia dos Estados Unidos apoiarem os preços. O país divulgou ontem um dado forte do setor imobiliário, o que pode ser um indicativo de mais demanda pelo metal básico.

Às 8h30 (de Brasília), o cobre para três meses subia 0,3%, a US\$ 4.614 a tonelada na London Metal Exchange. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho avançava 0,83%, a US\$ 2,0835 a libra-peso, às 8h49.

Ontem, foi informado que as vendas de moradias novas dos EUA cresceram ao ritmo mais forte em oito anos em abril. As vendas de moradias novas tiveram crescimento de 16,6% em abril ante o mês anterior, o que superou a previsão dos analistas.

As vendas de casas novas mostram um cenário positivo para a economia dos EUA, afirmou a corretora SP Angel em nota. Com isso, o cenário pode ser forte o suficiente para impulsionar a demanda pelo metal.

Os EUA é o segundo maior consumidor global de cobre, atrás apenas da China, portanto os preços do metal são em geral sensíveis aos dados econômicos do país.

Além disso, o avanço do petróleo nesta manhã também beneficia o cobre, já que as duas commodities são muitas vezes negociadas em conjunto, com maior peso para o petróleo. Outro fator é o dólar mais fraco ante algumas moedas - o índice para o dólar recuava levemente, nesta manhã. Com isso, o metal se torna mais barato para os detentores de outras divisas.

Ainda assim, as preocupações com as exportações de cobre da China em abril, em um mercado com demanda ainda modesta, não devem ajudar a impulsionar os preços.

"Isso poderia inicialmente impedir qualquer recuperação digna de nota do preço do cobre, especialmente com investidores especuladores que também continuam a sair do cobre", afirmou o Commerzbank. Segundo o banco, as estatísticas da LME mostram que as posições compradas foram reduzidas na última semana pela terceira semana consecutiva.

A maioria dos outros metais básicos operava em baixa na LME. O alumínio operava em queda de 0,5%, a US\$ 1.548 a tonelada, o zinco estava estável, a US\$ 1.829 a tonelada, o níquel caía 0,4%, a US\$ 8.360 a tonelada, o chumbo recuava 0,4%, a US\$ 1.643 a tonelada, e o estanho tinha queda de 0,5%, a US\$ 15.595 a tonelada.